



AVISO À POPULAÇÃO

Informação Validada em: 29-11-2024 9:46:23

N.º 54/2024

Páginas 1 de 7

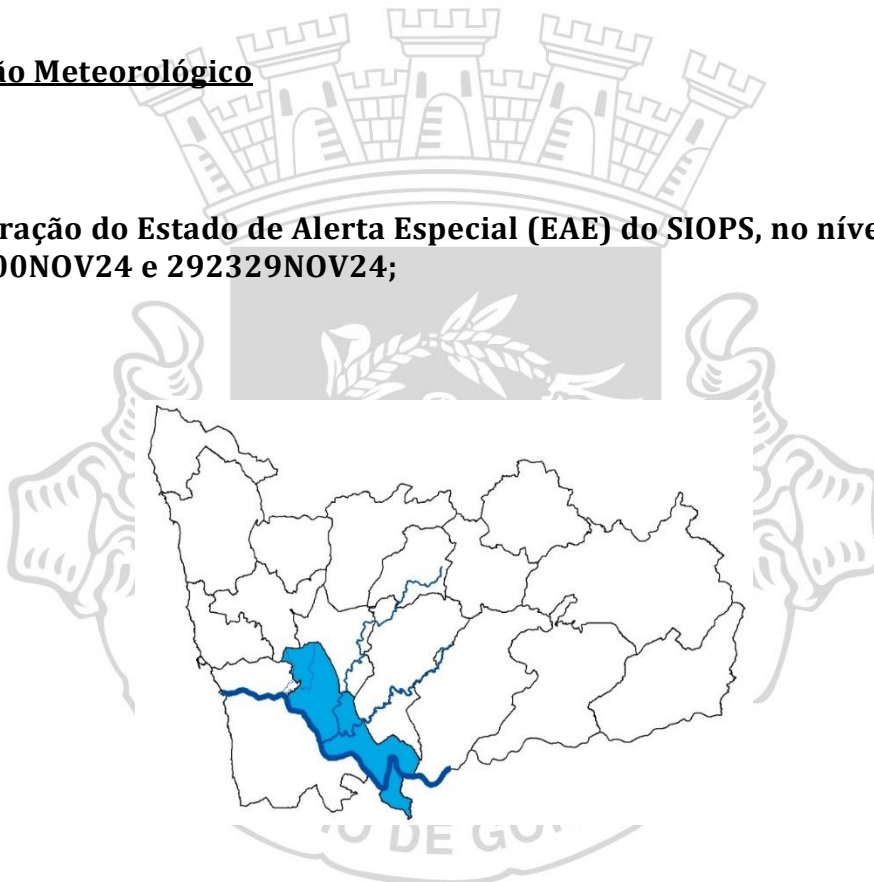


1- INFORMAÇÃO DE SUPORTE

Assunto:	Precipitação localmente forte
	Elevação do EAE para o DIOPS – Nível Azul

1- Situação Meteorológico

A alteração do Estado de Alerta Especial (EAE) do SIOPS, no nível Azul, entre 290000NOV24 e 292329NOV24;



De acordo com a informação disponibilizada pelo IPMA, salientam-se para as próximas 24 horas os seguintes aspetos;

(A). Amanhã (29NOV2024):

- (1). Períodos de chuva nas regiões Norte e Centro, em especial no litoral e até final da manhã, que poderão ser localmente fortes e acompanhados de trovoada;
- (2). Vento até 25 km/h do quadrante sul, por vezes até 40 km/h até meio da manhã na faixa costeira a norte do rio Douro e nas terras altas.



AVISO À POPULAÇÃO



2. – EFEITOS EXPECTÁVEIS:

Em função das condições meteorológicas previstas é expectável:

- a.** A ocorrência de inundações em zonas urbanas, causadas por acumulação de águas pluviais por obstrução dos sistemas de escoamento;
- b.** A ocorrência de cheias, potenciadas pelo transbordo do leito de alguns cursos de água, rios e ribeiras;
- c.** A instabilidade de vertentes, conduzindo a movimentos de massa (deslizamentos, derrocadas e outros) motivados pela infiltração da água, podendo ser potenciados pela remoção do coberto vegetal na sequência de incêndios rurais, ou por artificialização do solo;
- d.** A contaminação de fontes de água potável por inertes resultantes de incêndios rurais;
- e.** O arrastamento para as vias rodoviárias de objetos soltos, ou ao desprendimento de estruturas móveis ou deficientemente fixadas, por efeito de episódios de vento forte, que podem causar acidentes com veículos em circulação ou transeuntes na via pública;

3. – MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO:

A ANEPC recomenda à população e aos Serviços Municipais de Proteção Civil a tomada das necessárias medidas de precaução e especial atenção, às possíveis consequências:

a. Inundações em zonas urbanas, causadas por acumulação de águas pluviais:

(1). Com as primeiras chuvas, as quantidades de lixo depositado nas embocaduras dos sistemas de águas pluviais, a obstrução originada pela queda de folhas de árvores e os detritos vegetais juntamente com outros materiais inertes que durante a estação seca se depositaram ao longo das valetas das vias de comunicação, contribuem para



AVISO À POPULAÇÃO



situações de obstrução dos canais de escoamento;

(2). Estas são geralmente responsáveis pelo arrastamento e concentrações destes resíduos sólidos em locais inadequados (sarjetas, sumidouros, valetas) originando acumulações de águas pluviais que poderão provocar cortes de vias de comunicação ou mesmo inundações nos pisos mais baixos de edifícios;

(3). Desta forma, recomenda-se a limpeza e desobstrução de sumidouros, valetas e outros canais de drenagem, removendo folhas caídas das árvores, areias e pedras que ali se depositaram previamente à época das chuvas. A verificação da funcionalidade dos sistemas de drenagem urbana é, por isso, essencial;

(4). Paralelamente, cada cidadão deve também tomar uma atitude pró-ativa, nomeadamente assegurando a desobstrução dos sistemas de escoamento de águas pluviais dos quintais, ou varandas e a limpeza de sarjetas, algerozes e caleiras dos telhados de habitações.

b. Cheias motivadas pelo transbordo do leito de cursos de água e agitação marítima:

(1). O arrastamento e deposição de materiais sólidos pelos cursos de água pode contribuir, significativamente para o acréscimo dos efeitos das cheias. Outros condicionantes, como a falta de obstáculos à progressão da água nas bacias drenantes e a incapacidade de retenção da precipitação no coberto vegetal (como consequência de áreas ardidas) assim como a diminuição da capacidade de vazão das linhas de água e da capacidade de armazenamento nas albufeiras devido ao arrastamento de sólidos (por erosão) desde as bacias drenantes até à linha de água, são fatores associados às inundações por cheias;

(2). Neste contexto, recomenda-se a adoção, entre outras, das seguintes medidas de precaução:



AVISO À POPULAÇÃO



(a). Desobstrução de linhas de água principalmente junto a pontes, aquedutos e outros estrangulamentos do escoamento;

(b). Limpeza de linhas de água assoreadas;

(c). Limpeza dos resíduos sólidos urbanos (muitos deles de grandes dimensões) depositados nos troços marginais dos cursos de água;

(d). Evitar cortes rasos de material lenhoso ardido em situações de declive intenso, localizados nas proximidades das linhas de água;

(e). Recolha ou trituração dos resíduos resultantes do corte dos salvados das áreas ardidadas localizadas nas margens das linhas de água;

(f). Recolha ou trituração dos resíduos de atividades agrícolas e florestais existentes nas margens das linhas de água;

(g). Verificação (e eventual reparação) de eventuais situações de desmoronamentos das margens das linhas de água, de modo a evitar obstruções ou estrangulamentos;

(h). Inspeção visual de diques, ou outros aterros longitudinais às linhas de água, destinados a resguardar os terrenos marginais;

(i). Identificação de novos “pontos críticos” (aglomerados populacionais, edificações, vias de comunicação, pontes/pontões, etc.);

(j). Especial cuidado na circulação junto da orla costeira e zonas ribeirinhas historicamente mais vulneráveis a inundações rápidas.

c. Instabilidade de taludes ou movimentos de massa motivados pela infiltração de água, podendo ser potenciados pela remoção do coberto vegetal na sequência de incêndios rurais:

(1). A precipitação pode aumentar a instabilidade de solos e rochas em vertentes. O aumento da instabilidade dessas vertentes, em especial junto de aglomerados populacionais, vias rodoviárias e ferroviárias, deve ser observado como medida



AVISO À POPULAÇÃO



preventiva de acidentes causados por movimentos de massa (deslizamentos, desabamentos e outros);

(2). As principais observações que devem ser feitas, em especial em taludes de maior inclinação (onde mais abruptamente pode ocorrer a rotura) são as seguintes:

(a). Em taludes rochosos em que pode haver desmoronamento ou tombamento de blocos de rocha, deve observar-se o normal funcionamento das estruturas de escoamento (filtros, proteção de filtros, furos de alívio de pressão de água, etc.) e as estruturas de suporte para a estabilização de taludes (cortinas de cimento, gabiões de proteção, redes de proteção, etc.);

(b). Em aterros e taludes de terra, devem observar-se possíveis deformações (abertura de fendas que significam arrastamento de material), bem como assentamentos devido às variações do nível da água nos terrenos.

(3). A ocorrência de incêndios rurais pode reduzir o coberto vegetal, potenciando os movimentos de massa, causados por erosão intensificada e por alterações nas características das rochas face à exposição às temperaturas elevadas. Torna-se assim necessária, especial atenção a grandes blocos rochosos com sinais de exposição ao fogo e em posição instável;

(4). Sempre que as observações feitas suscitem dúvidas, devem ser comunicadas ao Serviço Municipal de Proteção Civil respetivo, de forma a serem desencadeadas formas de medição de parâmetros e de monitorização dos fenómenos de instabilidade.

d. Contaminação de fonte de água potável por inertes resultantes de incêndios rurais:

A ocorrência de incêndios na proximidade de captações de água para consumo humano, pode ocasionar a contaminação da água por inertes, em consequência da destruição do coberto vegetal. A infiltração de águas pluviais contaminadas torna, assim, recomendável a monitorização da qualidade da água, de modo a garantir um



AVISO À POPULAÇÃO



abastecimento às populações de acordo com os exigíveis parâmetros de qualidade e segurança

e. Arrastamento para as vias rodoviárias de objetos soltos, ou ao desprendimento de estruturas móveis ou deficientemente fixadas, por efeito de episódios de vento forte:

(1). Os ventos fortes ou muito fortes, contínuos ou em rajada, são fenómenos muito frequentes, que podem arrastar, com perigo para os cidadãos e danos para o património, estruturas que não se encontrem devidamente fixadas. Recomenda-se que se verifiquem todas as estruturas que, pelas suas características (dimensão, formato, altura desde o solo, resistência ao vento), possam ser facilmente arrastadas ou levantadas dos seus suportes, procurando garantir que resistem aos ventos fortes. Nos casos em que tal seja impossível, deve garantir-se a facilidade de remover/desmontar essas estruturas, guardando-as em locais seguros sempre que ocorram ventos fortes previsíveis;

(2). No campo das medidas estruturais, recomenda-se que os municípios garantam uma vigilância mais apertada no que concerne à urbanização do espaço territorial sob a sua jurisdição. Além disso, recomenda-se aos **Serviços Municipais de Proteção Civil** a verificação e a atualização dos respetivos Planos Municipais de Emergência, designadamente os inventários de meios e recursos e as respetivas listas de contactos.

e. A desobstrução de linhas de água em zonas historicamente mais vulneráveis;

f. Remoção de árvores caídas ou em risco de cair, especialmente quando afetem estruturas, vias e espaços públicos;

g. O acompanhamento da evolução hidrológica das linhas de água, em particular as de comportamento torrencial;

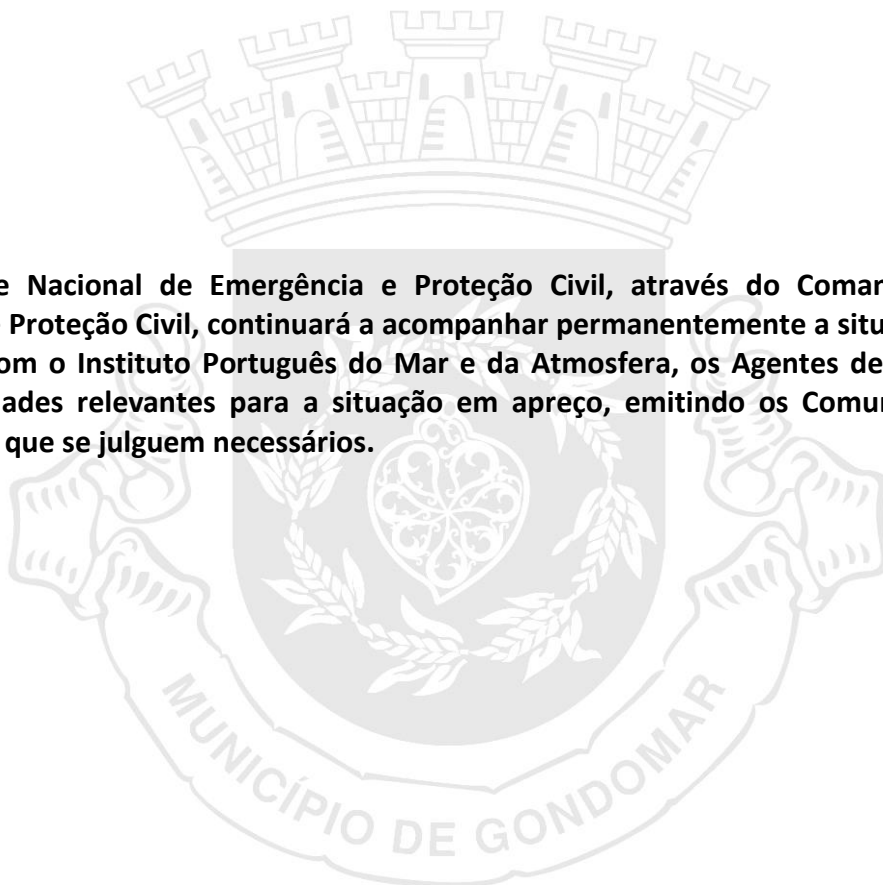


AVISO À POPULAÇÃO



- h.** A elaboração de informação pública aos munícipes, sensibilizando-os para a necessidade de adoção das medidas preventivas constantes deste CTO;
- i.** A divulgação deste comunicado às Juntas de Freguesia e aos APC do município.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, através do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil, continuará a acompanhar permanentemente a situação em estreita articulação com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, os Agentes de Proteção Civil e demais entidades relevantes para a situação em apreço, emitindo os Comunicados Técnicos Operacionais que se julguem necessários.



Direção Municipal de Segurança Pública
e Logística

**Assinado no original e arquivado na
CMG/DPCSF**

O Comandante

Artur Magalhães Teixeira